



**IV SINGEP**

**Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**  
**International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability**

ISSN: 2317 - 8302

# **REQUISITOS LEGAIS AMBIENTAIS PARA A EMPRESA DE PEQUENO PORTE: PROBLEMAS E DIFICULDADES DO EMPRESÁRIO PARA SEU ATENDIMENTO**

**CRISTIANO SILVEIRA RIBEIRO**

UNINOVE – Universidade Nove de Julho  
cristiano@mwcoffice.com.br

**ALEXANDRE DE OLIVEIRA E AGUIAR**

UNINOVE – Universidade Nove de Julho  
aaguiar@uninove.br

**TATIANA CORTESE**

Universidade Nove de Julho  
taticortese@gmail.com

Fundo de Apoio a Pesquisa - FAP UNINOVE

**REQUISITOS LEGAIS AMBIENTAIS PARA A EMPRESA DE PEQUENO PORTE:  
PROBLEMAS E DIFICULDADES DO EMPRESÁRIO PARA SEU ATENDIMENTO****Resumo**

Com a finalidade de garantir a preservação do meio ambiente, a legislação ambiental brasileira apresenta uma variedade de requisitos federais, estaduais e municipais para atendimento compulsório, inclusive de pequenas e médias empresas. Com a ação fiscalizadora dos órgãos ambientais, algumas dessas empresas deparam-se com a necessidade em atender aos requisitos solicitados, encontram dificuldades e barreiras na adequação e na aplicação dos controles ambientais necessários. Este relato técnico mostra como foi gerenciada a situação de uma empresa de pequeno porte do ramo automotivo e suas dificuldades observadas no atendimento e adequação aos requisitos legais ambientais, após uma ação da fiscalização de órgão municipal de meio ambiente. Como resultados do estudo observou-se que a empresa não dispunha de documentação relativa ao seu licenciamento ambiental e ao gerenciamento de resíduos, além de apresentar deficiências operacionais no controle de poluição do solo e por resíduos. Durante o estudo foram apontados fatores financeiros, burocráticos, técnico e a falta de visão gerencial como barreiras para a implementação de melhorias e o desenvolvimento de ações sustentáveis no negócio. Destacam-se os papéis potenciais dos órgãos ambientais e das associações setoriais na orientação dos empreendedores para a eliminação das barreiras e viabilização de uma postura ambiental adequada.

**Palavras-chave:** Gestão Ambiental. Legislação Ambiental. Pequena e Média Empresa

**Abstract**

In order to ensure the maintenance and preservation of the environment, the Brazilian environmental legislation presents a variety of federal, state and local requirements for compulsory attendance of various stakeholders, including small and medium enterprises. With the monitoring and control action of environmental agencies, some of these companies are faced with the need to meet the requirements requested, encounter difficulties and barriers in the adaptation and implementation of the necessary environmental controls. This paper presents a case study applied to a small automotive company and report the difficulties encountered in service and adaptation to environmental legal requirements, because of the municipal supervisory of the environment agency. Was founded as results of the study that the company did not have documentation for your environmental license and waste management, and present operational deficiencies in soil pollution control and waste. During the study were appointed financial factors, bureaucratic, technical and lack of management vision as barriers to the implementation of improvements and development of sustainable actions in business. Highlights the potential of environmental agencies and industry associations in guiding entrepreneurs to eliminating barriers and enabling an appropriate environmental stance.

**Keywords:** Environmental Legislation. Small and Medium Enterprises. Environmental Management



## 1. Introdução

Apesar da preocupação com o Meio Ambiente desde os primórdios, apenas nas últimas décadas o assunto tem despertado a atenção das pessoas (Valle, 2012). O uso dos recursos naturais e o descarte de resíduos aliado ao crescimento e a necessidade de consumo apresenta um panorama preocupante quanto ao futuro de nosso planeta e ao que irá proporcionar para as futuras gerações (WWF, 2012). Governos, sociedade e empresas têm buscado meios para atuação sustentável e para a preservação ambiental frente ao cenário atual (Valle, 2012).

No Brasil, existe um amplo arcabouço legal para tratar das questões ambientais. Normas federais, estaduais e municipais regulamentam a proteção ao meio ambiente e apresentam às organizações seus direitos e deveres. No Município de São Paulo, o órgão competente para fiscalizar as normas ambientais e agir no caso de descumprimento é a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Como consequência desta fiscalização e controle, o rigor existente nas referidas leis apresenta-se, muitas vezes, como um entrave no processo de gestão de algumas organizações, principalmente aquelas de Pequeno Porte, que contam com recursos limitados para a gestão de seu negócio.

Este relato apresenta um estudo de caso em uma empresa que atua no ramo de reparação de peças automotivas (sistemas de freio de caminhões) na cidade de São Paulo, com aproximadamente dez colaboradores. A empresa recebeu uma visita da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo motivada por denúncia de um de seus vizinhos, que observou manchas de óleo na via pública. A empresa, então, entrou em contato com os pesquisadores para obter apoio na adequação de seus processos, buscando a conformidade legal, o que deu origem ao presente trabalho de pesquisa.

O problema a ser abordado é, portanto: Quais os principais problemas e dificuldades para o empresário no atendimento aos requisitos legais ambientais aplicáveis ao seu negócio?

Dado o problema, o geral é abordar os principais problemas e dificuldades para o pequeno empresário, no que tange ao atendimento aos requisitos legais ambientais aplicáveis ao seu negócio. Os objetivos específicos foram: a) analisar os requisitos legais ambientais aplicáveis à pequena empresa no caso estudado; b) analisar a aderência da empresa a esses requisitos; c) compreender a visão do empresário com relação ao cumprimento das normas e às dificuldades encontradas para o atendimento das mesmas; d) apresentar propostas de ações preventivas para auxiliar a empresa objeto do estudo a obter conformidade legal.

## 2. Referencial Teórico

A legislação ambiental brasileira disciplina os padrões de qualidade ambiental; padrões de emissão de efluentes tanto na atmosfera, quanto nas águas e no solo; zoneamento industrial em áreas críticas de poluição; licenciamento; recursos hídricos; disposição final de resíduos; entre outros. A conformidade legal constitui-se na principal garantia que uma organização possui para desenvolver suas atividades de maneira socialmente responsável, gerenciando e minimizando seus aspectos e riscos ambientais.

Algumas empresas, principalmente aquelas com maiores recursos, buscam na certificação ISO 14.001 o cumprimento dos princípios estabelecidos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) pela própria empresa e sua adequação e eficácia. Conforme dados da ISO – *International Organization for Standardization* (2012), o número de unidades de negócio certificadas desde a sua criação chega a quase 300.000 ao redor do mundo e cerca de 3.000 no Brasil.

No contexto das pequenas e médias empresas, as práticas de gestão ambiental parecem ser um desafio. Os estudos, ainda são controversos quanto aos benefícios percebidos por essas



empresas. Por exemplo, Nee e Wahid (2010) concluíram que havia correlação positiva entre certificação ISO 14.001 e desempenho num grupo de pequenas e médias empresas.

Por outro lado, Liu e Fong (2010), pesquisando numa população de pequenas e médias empresas chinesas e abordando a questão mais ampla da responsabilidade social, não encontraram associação desta com o desempenho das empresas, exceto na dimensão “qualidade do produto”. Esse achado converge com o que argumentam Alperstedt et al (2010), que afirmam que em vez de focar em práticas de processo para novos desenvolvimentos, as pequenas e médias empresas focam em produtos e serviços.

Entre os pesquisadores que estudaram as dificuldades específicas de pequenas e médias empresas com gestão ambiental, pode-se citar:

- a) Halila (2007): com base em bibliografia, destaca falta de recursos incluindo pessoal técnico e gestores; baixo conhecimento sobre sistemas, certificações e normas; medo do excesso de burocracia, entre outras;
- b) Revel, Stokes e Chen (2010): destacam que as PMEs têm dúvidas sobre a possibilidade de ganhos financeiros, já que a percepção imediata é de custo; e
- c) Vasilenko e Arbaciauskas(2012): num estudo na Lituânia, listaram em seu questionário temas como sustentabilidade e inovações, qualificação de pessoal, visão de ciclo de vida, recursos e mercados. A falta de recursos financeiros e a falta de tempo para tratar da sustentabilidade foram resultados destacados.

Cabe lembrar o papel de destaque das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) que representam uma parte importante da economia brasileira. Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2012), as MPEs correspondem a 99% das empresas do Brasil, 60% da geração de empregos e 20% do PIB, o que demonstra a importância dessas empresas para o mercado.

Vale destacar que, de acordo com a Oficina Estatística da Comunidade Europeia e a Organização das Nações Unidas (ONU), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) classifica como microempresas aquelas com até nove pessoas ocupadas; pequenas empresas as que possuem de dez a 49 pessoas; empresas médias aquelas de 50 a 249 pessoas; e grandes empresas as que possuem 250 ou mais pessoas ocupadas.

### **3. Metodologia**

Foi realizada uma pesquisa descritiva (Martins, & Theophilo, 2009), implementada por meio de um estudo de caso (Martins, & Theophilo, 2009; Yin,2005).

O levantamento dos dados foi realizado, de forma qualitativa, levando-se em conta Yin (2005), que propôs seis categorias de fontes de dados para estudos de caso, que foram utilizadas neste trabalho da seguinte forma:

- a) Pesquisa documental: legislação pertinente e licenças observadas em visita inicial;
- b) Registros: de visita da fiscalização, internos como contas de água e energia;
- c) Entrevistas: realizadas com os empresários, a fim de compreender o funcionamento da empresa e sua visão a respeito dos negócios e da questão ambiental. Os responsáveis foram questionados sobre as práticas de gestão ambiental confrontados sobre: 1) a associação das ações de gestão propostas com o desempenho das empresas, exceto na dimensão “qualidade do produto” (Liu e Fong, 2010); 2) o enfoque das práticas de processo em produtos e serviços (Alperstedt et al, 2010); 3) uso de recursos financeiros e de pessoal técnico e gestores (Halila, 2007; Revel, Stokes e Chen, 2010; Vasilenko e Arbaciauskas, 2012); 4) conhecimento sobre sistemas, certificações e normas (Halila, 2007); 5) medo do excesso de burocracia, (Halila,2007); e 6) falta de



tempo para tratar da sustentabilidade foram resultados destacados (Vasilenko, & Arbaciauskas, 2012);

- d) Aparatos físicos: exame e inspeção visual das instalações da oficina;
- e) Observação direta: das práticas realizadas ao visitar a empresa; e
- f) Observação participante: apoio aos empresários na solução das pendências com a fiscalização.

A aplicação dos métodos valeu-se da experiência e da vivência profissional dos pesquisadores que atuaram em Sistemas de Gestão Ambiental e são conhecedores da Legislação Ambiental aplicável às organizações.

#### **4. Situação-Problema e Diagnóstico**

O presente projeto originou-se da necessidade da empresa estudada em atender às exigências regulamentares para atendimento à fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade de São Paulo mediante reclamação de vizinho. A situação-problema baseia-se nas barreiras encontradas pela empresa para atender às solicitações feitas pelo órgão do Governo.

A aplicação do método de produção ocorreu por meio de visitas técnicas com levantamentos programados, entrevistas e orientações para atuação sobre os aspectos levantados. O processo de trabalho da empresa inclui as seguintes etapas:

- a) Parada do veículo: caminhão pára no pátio da empresa, em que é verificado o defeito e serviço solicitado pelo cliente do estabelecimento. Processo ocorre por meio da abertura da cabine permitindo acesso ao sistema de freios e seus componentes;
- b) Diagnóstico: ainda com o veículo no pátio de serviços, o profissional realiza a verificação e a constatação da falha apresentada no sistema a ser reparado. O processo ocorre por meio de teste prático de funcionamento;
- c) Retirada da Peça: uma vez constatada a falha no sistema, a peça defeituosa é desmontada (retirada do veículo) para reparo/recuperação em bancada de serviços. Atividade realizada com uso de ferramentas mecânicas diversas;
- d) Limpeza da Peça: antes da realização da manutenção na peça, esta é encaminhada para setor de lavagem para retirada de impurezas. Processo de limpeza ocorre com uso de Diesel como desengraxante e lavagem com água para retirada do excesso;
- e) Manutenção em bancadas: ocorre por meio da substituição de peças defeituosas por peças boas. Atividade ocorre com o uso de ferramentas e substituição de peças, juntas e reparos para garantir a funcionalidade e a segurança necessária ao sistema de freios;
- f) Reinstalação da peça: após devido reparo, a peça é reinstalada no veículo conforme especificação técnica do fabricante. A realização do processo de trabalho se dá pelo uso de ferramentas manuais diversas e aplicação de fluido lubrificante, onde necessário; e
- g) Teste Operacional: teste de funcionamento prático no veículo.

Com relação aos documentos, foi identificada a existência dos registros junto aos órgãos da fazenda federal, estadual e municipal com cartão de CNPJ, inscrição estadual, inscrição municipal e Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura de São Paulo. A empresa não possui documentos e registros junto aos órgãos ambientais. Conforme sistema da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), a empresa está desobrigada ao licenciamento ambiental. Faz uso de água, esgoto e energia elétrica do sistema público, SABESP e AES ELETROPAULO, respectivamente.

A empresa pesquisada apresentou intimação/notificação emitida pelo órgão ambiental do município de São Paulo. Não possui registros de envio e destinação dos resíduos gerados e





demais ações ambientais, justificado pelos representantes da empresa pela informalidade que é característica prática da atividade.

Como aparatos físicos, durante visitas realizadas foi possível verificar características das instalações da oficina e recursos disponíveis para o atendimento às necessidades ambientais. Empresa em terreno de aproximadamente 300 metros quadrados, com pátio de manutenção, área de serviços em bancada, setor de limpeza de peças e escritório.

Durante visitas à empresa, foi possível a verificação das práticas realizadas e todas aquelas implementadas para controle ambiental, tais como: coleta de resíduos, separação de óleo, separação de embalagens contaminadas, descarte de efluentes líquidos, destinação de resíduos, uso de registros diversos, treinamento e orientação para profissionais na empresa.

Nas atividades dos pesquisadores na solução das pendências com a fiscalização, foram observadas ações operacionais e relatos dos responsáveis da empresa. Foi possível identificar a falta de pessoal técnico ou gestores conhecedores do assunto meio ambiente.

As ações de atendimento e adequação ambiental na empresa envolveram a análise dos processos de trabalho com levantamento de aspectos e impactos ambientais e implementação de um modelo básico de gestão com controles, monitoramentos, registros e treinamentos. A estrutura de atendimento e de execução usou como base a norma de gestão ambiental ISO 14.001.

## **5. Resultados Obtidos e Análise**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, § 3º, estabelece que: “*As condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar o dano causado*”. Portanto, de acordo com nossa legislação ambiental, a responsabilidade em matéria ambiental configura-se nas três esferas: civil, administrativa e penal.

A esfera civil configura a obrigação do poluidor em reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade, independentemente da existência de culpa, conforme disposto no artigo 14 da Lei Federal 6.938/81.

Ja as responsabilidades nas esferas administrativa e penal só se tornaram possíveis com o advento da Lei Federal 9.605/98, mais conhecida como Lei de Crimes Ambientais, que também trouxe a responsabilização penal da pessoa jurídica. As sanções específicas a serem aplicadas às pessoas jurídicas estão dispostas no artigo 21 e incisos da Lei de Crimes Ambientais, que poderão ser aplicadas de forma isolada, cumulativa ou alternada, tais como: multa; restritivas de direitos; ou prestação de serviços à comunidade.

Importante destacar que a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato (Lei 9605/98).

Apesar de tratar-se de uma pequena empresa, ela está sujeita as sanções estabelecidas na legislação. Para o empreendedor essa exposição é ruim para os negócios pois gera custos e burocracia.

Quanto aos requisitos legais, os principais tópicos estão resumidos na Figura 1. O quadro não mostra uma análise completa e extensiva, porque o volume de informações não caberia neste trabalho. Apenas os principais tópicos serão comentados.

Na visita recebida (secretaria municipal do meio ambiente), foram focados os seguintes aspectos: Cessar a emissão de poluentes (odor, fumaça, material particulado, resíduos e ruído) para fora dos limites da empresa; Entrega dos comprovantes de destinação adequada de todos os resíduos gerados pela empresa em suas atividades; Entrega de documentação referente a



adequação das instalações para atendimento aos controles ambientais; Documentação legal da empresa (Alvará, Licença Ambiental, AVCB); Apresentação de documentação da SABESP sobre a regulamentação da prática com relação aos esgotos não domésticos – ou fator “K” – por meio de relatório de auto caracterização; Certificados de coleta de óleo usado ou contaminado emitido por empresa terceira responsável pela destinação de tal resíduo.

Requisito Legal	O que se pede	Situação
Lei 10205/86, Lei 13885,04, Decreto 49969,08	Alvará ou Licença de Funcionamento da Prefeitura de São Paulo	Empresa possui Alvará de Funcionamento da Prefeitura Municipal de São Paulo
Lei estadual 997/76; Dec Estadual 8468/76	Licença Ambiental de Operação	Empresa não possuía qualquer documento para evidenciar a necessidade ou não do licenciamento ambiental.
Lei 6938 de 31/08/1981	Cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadora de recursos naturais	Empresa não possuía qualquer documento para evidenciar a necessidade ou não do cadastro.
Lei 9433/97	Outorga do uso de recursos hídricos	Não se aplica, pois a oficina não possui fonte própria de água
Portaria Minter 53; Lei 997/76; Decreto Estadual 8468/76 e suas alterações	Resíduos em geral; controle de poluição do solo	Não havia controle de poluição do solo.
Resolução Conama 357 e alterações; Lei estadual 997/76; decreto estadual 8468/76 e alterações	Efluentes	O efluente era direcionado para a rede da SABESP. Embora o procedimento fosse aceitável, não havia comprovação para tal.
Decreto Estadual 56819/2011	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)	Empresa não possuía AVCB
Lei 6514/77, Portaria 3214/78 e suas NRs	Segurança e Saúde Ocupacional (SSO)	Não existia a aplicação de qualquer programa de SSO
Resolução CONAMA 362	Oleos lubrificantes	Não havia controle sobre destinação de óleo descartado.
Resolução nº 20 de 18/06/2009 da ANP	Emissão de Certificado Coleta de Óleo Usado ou Contaminado	
Decreto Tarifário 41446 de 16/12/1996	Regulamenta a prática com relação ao esgoto não doméstico	Empresa não possuía relatório de auto caracterização junto a SABESP
Lei 9605/98, Decreto 6514/08, Decreto 54421/13	Infrações e sanções penais, administrativas e fiscalização no Município de São Paulo	Empresa sujeita a multas e sanções pelo não atendimento aos itens.

Figura 1. Relação de requisitos legais aplicáveis

Com base no trabalho realizado, a empresa investiu na ordem de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para promoção das seguintes ações:

- Limpeza nos ambientes internos com organização dos setores;
- Reformulação de toda a oficina com aplicação de cobertura, impermeabilização de piso, pintura de paredes e pisos e instalação de barreiras de contenção para caso de vazamento de líquidos;
- Aquisição de máquina de lavagem de peças com separador de água e óleo;
- Aquisição de recipientes para coleta seletiva dos resíduos gerados; contratou empresas para destinação adequada dos resíduos; emitiu os Certificados de Destinação de Resíduos de Interesse Ambiental (CADRI) e treinou todos os seus colaboradores.



- e) Contratação de empresa coletora de óleo registrada na ANP para emissão do Certificado de Coleta de Óleo Usado ou Contaminado
- f) Emissão das dispensas de registro de empresa potencialmente poluidora, Licenciamento Ambiental e empresa geradora de resíduo não doméstico junto a SABESP por meio de relatório de auto caracterização e inspeção da companhia.
- g) Adequação para emissão do AVCB.
- h) Elaboração de programas de segurança e saúde ocupacional.
- i) Controle de destinação de resíduos.
- j) Treinamento de colaboradores

Importante destacar que a empresa não dispunha de caixa para realização de tais tarefas de adequação. Para conseguir aplicar todos os itens de melhoria, a empresa usou recursos de serviços vendidos na época e negociou pagamentos parcelados a longo prazo. Por algumas vezes, renegociou dívidas e pagamentos com fornecedores.

Como resultado desta pesquisa, importante destacar a dificuldade financeira e a falta de conhecimento técnico operacional para adequação expressa pelo pessoal da empresa. Já o proprietário da empresa relatou a dificuldade encontrada em atender aos requisitos legais na área ambiental e, conseqüentemente, as exigências da fiscalização, bem como as soluções propostas para a melhoria da gestão ambiental na organização.

Conforme documentação analisada e declaração do proprietário da empresa estudada, observou-se que a iniciativa de atendimento aos requisitos legais ambientais ocorreu pela ação fiscalizadora da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo, por meio de denúncia realizada por vizinho da empresa. Neste contexto, as declarações e a atuação da empresa tornam evidente a falta de conhecimento das normas pelos responsáveis para atendimento a diversos itens ambientais na organização, tal como constatou Halila (2007).

Conforme constataram Halila (2007), Revel, Stokes e Chen (2010) e Vasilenko & Arbaciauskas (2012), a falta de pessoal técnico ou gestores conhecedores do assunto meio ambiente foi outro fator observado no início dos trabalhos. Por este motivo, o responsável da empresa estudada optou por chamar os pesquisadores para auxílio no atendimento às necessidades e adequação ambiental.

Durante as etapas de levantamento, análise e implementação de melhorias, observou-se como barreiras no atendimento aos requisitos ambientais necessários, a escassez dos recursos financeiros, tal como constatado por Halila (2007), Revel, Stokes e Chen (2010) e Vasilenko & Arbaciauskas (2012) e o enfoque de gestão de práticas de processo em produtos e serviços oferecidos pela empresa, verificado pelo envolvimento e participação do proprietário no processo de produção e atividades técnicas da empresa, conforme Alperstedt et al (2010).

Por diversos momentos, durante a aplicação das ações de atendimento aos requisitos legais e as propostas de melhoria, os gestores da empresa demonstraram preocupação com o excesso de burocracia decorrente dos controles, documentos e registros necessários para a adequação ambiental, conforme Halila (2007).

Como elementos complementares, foram constatados problemas por parte do gestor em aplicar as ferramentas de controle e gestão ambiental propostas, devido ao seu envolvimento nas atividades práticas do negócio e por falta de tempo para tratamento dos assuntos, como destacaram Vasilenko & Arbaciauskas (2012) e, também pela falta de conhecimento técnico, como abordou Halila (2007). A aplicação de registros, controles, procedimentos e o arquivo de evidências, na visão do responsável, é pouco funcional e, é muito burocrático; o que, por consequência, não agrega valor ao seu negócio.

Outro fator observado foi a dificuldade e a morosidade no atendimento aos requisitos ambientais necessários. Por se tratar de pequena empresa, para muitos prestadores de serviços





torna-se inviável o atendimento às leis pelo baixo volume de serviços gerados. Apesar de pagar valores reduzidos pelos serviços junto ao órgão ambiental, o tempo de resposta para uma empresa emitir um documento necessário é longo e, por vezes, compromete o negócio que depende de recursos limitados. No caso da empresa estudada, o CADRI foi emitido em oito meses, após o início dos trabalhos.

Por fim, a empresa concluiu a aplicação de todos os itens de adequação por ela previstos. Tal implementação ocorreu fora do prazo previsto e estendeu-se por mais seis meses, além do prazo previsto para conclusão. A execução das reformas ocorreu com a contratação de mão-de-obra não formal, ou seja, sem a existência de um contrato de prestação de serviços e de pessoa física. Os resíduos são segregados de forma adequada e destinados para empresas que realizam o seu tratamento.

Todas as ações aplicadas foram apresentadas à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, que deu por encerrado o processo de reclamação aberto. O que se observou após o encerramento do processo foi certo “relaxamento” no controle e aplicação das ações previamente definidas. O controle de resíduos, segregação e cuidado com a poluição deixou de ser item prioritário como antes ocorria.

## 6. Conclusões

Com base nos estudos e verificações *in loco*, e comparando os achados com a bibliografia estudada, constatou-se que as dificuldades do empresário em atender às exigências regulamentares em meio ambiente, estão relacionadas com a falta de pessoal técnico, falta de recursos financeiros, enfoque do gestor no processo, preocupação com a burocracia e falta de tempo.

O envolvimento do microempreendedor com as práticas e atividades operacionais na empresa faz com que o enfoque das ações gerenciais e os esforços; assim como a destinação dos recursos estejam voltados, principalmente, à operação e à sustentabilidade do negócio. Em decorrência desses fatores, existe, por vezes, a aplicação de esforços no atendimento aos elementos de funcionalidade operacional, pouco voltados à gestão dos elementos sistêmicos que podem influenciar o negócio e comprometer a subexistência da empresa.

Aparentemente, o empreendedor fica tão focado no sucesso comercial do negócio que acaba, por desconhecimento ou por falta de foco adequado, relegando a um segundo plano as questões ambientais, inclusive os requisitos legais dos quais dependem a legitimidade e a sobrevivência das atividades. Futuras pesquisas poderiam abordar como os elementos de gestão ambiental e de empreendedorismo interagem nas fases iniciais dos negócios, de modo a contribuir para que os requisitos legais sejam cumpridos, sem ser um obstáculo ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Do mesmo modo, essa característica de gestão direciona todos os esforços financeiros para o sustento da empresa, que deixa de investir em mão de obra qualificada ou pessoal técnico, fazendo com que o empreendedor cada vez mais fique envolvido com as práticas e atividades operacionais da empresa, desviando o seu foco da gestão.

Ao deparar-se com situações muitas vezes desconhecidas, como ocorreu com a visita do fiscal, o empreendedor encontra dificuldade em sanar de forma efetiva os problemas de seu negócio. Deixa muitas vezes de atuar com uma visão preventiva aos problemas detectados entendendo se tratar de ações burocráticas e de difícil solução para ele.

No caso da empresa em questão, as ações de melhoria estiveram voltadas não somente ao atendimento as solicitações da Secretaria do Verde e meio Ambiente da Cidade de São Paulo, mas em oferecer a empresa ferramentas gerenciais que garantam o controle dos processos



relacionados ao meio ambiente fornecendo evidências do atendimento ao requisito legal, podendo o empreendedor realizar a análise de dados para a tomada de decisão, evitando desta forma problemas com passivos ambientais, destinando os recursos adequados a essas necessidades.

Como proposta para tratamento as barreiras apresentadas, recomenda-se que o empresário receba orientação sobre como gerenciar o seu negócio e atender aos requisitos legais aplicáveis, podendo ser financiado por sindicatos patronais, órgãos do governo e até mesmo pelos fiscais que atuarão de forma orientativa e menos reativa. Nessa ação, tanto o poder público quanto as entidades setoriais representativas poderiam desempenhar um papel mais presente e orientativo para demonstrar as vantagens de estar em conformidade com a legislação ambiental.

Convém ainda que o órgão ambiental forneça serviços simples e rápidos para empresas com baixo volume de geração de renda ou baixo impacto ambiental, podendo ser identificado por formulários e registros de cadastro. Para estudos futuros, recomenda-se a análise aprofundada das barreiras para na micro e pequena empresa para atender as obrigações ambientais e como as dificuldades apresentadas podem interferir no negócio como um todo.

## Referências

Alperstedt, G. D., Quintella, R. H., & Souza, L. R. (Abr/Jun de 2010). Estratégias de Gestão Ambiental e seus fatores determinantes: uma análise institucional. *RAE*, 50, 170-186.

Biancolino, C. A., Kniess, C. T., Maccari, E. A., & Rabechini Jr., R. (2012). Protocolo para Elaboração de Relatos de Produção Técnica. *Revista Gestão e Projetos*, 294-307.

Brasil. (31 de Ago de 1981). Lei 6938 - Política Nacional do Meio Ambiente.

Brasil. (Fev de 1998). Lei nº 9.605. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Caires, T. C. (2014). Gestão orientada à sustentabilidade no agronegócio no interior paulista: Inibidores e facilitadores para pequenos e médios produtores rurais. *Dissertação, Programa de Mestrado Profissional em Administração – Gestão Ambiental e Sustentabilidade*. São Paulo: Universidade Nove de Julho - UNNOVE.

Halila, F. (2007). Networks as a Means of Supporting the Adoption of Organizational Innovations in SMEs: The Case of Environmental Management Systems (EMSs) Based on ISO 14001. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 167-181.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2012). *Censo Agropecuário 2006 - Segunda Apuração*. Rio de Janeiro.

ISO - International Organization for Standardization. (2013). *The ISO Survey 2012*. Genebra: ISO.

ISO-International Organization for Standardization. (2009). ISO 14000: Environmental Management - Origins and ISO/TC 207. Genebra: ISO.

Liu, H., & Fong, M. (Sep de 2010). The Corporate Social Responsibility Orientation of Chinese Small and Medium Enterprises. *Journal of Business Systems, Governance and Ethics*, 5, 33-50.



- Martins, G. A., & Theophilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Nee, G. Y., & Wahid, N. A. (June de 2010). The Effect of ISO 14001 Environmental Management System Implementation on SMEs Performance: An Empirical Study in Malaysia. *Journal of Sustainable Development*, 3, 215-220.
- Revell, A., Stokes, D., & Chen, H. (2010). Small Businesses and the Environment: turning over a new leaf? *Busines Strategy and the Environment*, 273-288.
- SEBRAE. (2012). *Mapa das Micro e Pequenas Empresas*. Brasil: Sebrae Nacional.
- Valle, C. E. (2012). *Qualidade Ambiental ISO14000* (12 ed.). São Paulo: Senac.
- Vasilenko, L., & Arbaciauskas, V. (2012). Obstacles and Drivers for Sustainable Innovation Development and Implementation in Small and Medium Sized Enterprises. *Environmental Research, Engineering and Management*, 2, 58-66.
- WWF. (2012). *Living Planet Reporting*. Gland.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.